

DEBATES EMERGENTES DO LIVRO “O AVESSE DA PELE” EM ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO BÁSICO

Brigite de Aguiar Borges¹

Laryssa Aguiar Nunes²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar questões raciais emergentes do livro “O Averso da Pele”, de Jeferson Tenório, debatendo a respeito da trajetória de seu personagem principal, Henrique – homem negro e periférico – que lida constantemente com a presença do racismo em seu cotidiano. Relacionou-se aspectos de sua vivência com o cenário educacional brasileiro, de forma a problematizar a trajetória histórica do preconceito racial no país e ressaltar a importância da inserção da educação étnico-racial no ensino básico. Aprofundando as questões por meio de uma pesquisa qualitativa, que busca compreender a construção velada do preconceito racial persistente no Brasil contemporâneo, bem como a necessidade de diversidade étnico-racial no espaço escolar prescrita na Lei nº 9.394/96 e reforçada pela Lei nº 11.645, que prevê a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Debatendo a respeito das feridas deixadas pelo subjulgamento dos povos africanos no período escravocrata e as tentativas de esconder e minimizar as violências do período. Amparando-se no mito do sincretismo cultural, criado a partir da ampla mestiçagem populacional ocorrida desde o período colonial, que é utilizada de base para afirmar a suposição da democracia racial. A partir destas concepções, firma-se a necessidade de políticas afirmativas no processo de ensino, que visem a reparação histórica brasileira e a valorização da interculturalidade, reconhecendo a cultura afro-brasileira como saber legítimo, propiciando noção histórica e social aos cidadãos. Servindo o estudo realizado de disparador crítico-social, firmando a importância da educação na transformação do espaço coletivo.

Palavras-chave: O Averso da Pele, racismo estrutural, políticas afirmativas, educação étnico-racial, história afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações das desigualdades raciais no campo educacional presentes no livro “O Averso da Pele” de Jeferson Tenório (2020), articulando-as com o contexto brasileiro, percorrendo a respeito da historicidade racista

¹ Graduando do Curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, brigiteborges14@gmail.com.

² Graduando do Curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, laryssaaguilar.n@gmail.com



presente no país e seus impactos. Estabelecendo-se um paralelo entre o livro e as políticas afirmativas de democratização do ensino e do ensino étnico-racial nas escolas. Articulando em conjunto a eles a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal dos artigos 205 à 214, referentes à educação.

O livro do qual se fala redgido por Jeferson Tenório – homem negro, escritor, pesquisador e professor brasileiro – traz em si fortes perspectivas acerca do preconceito racial e os dilemas que vos marcam a pele. Sendo nos apresentada a trama por meio de Pedro, que relata as vivências de seu pai Henrique, homem negro e periférico, professor e morador do município de Porto Alegre. Conforme caminhar da história conhecemos outros personagens que agregam dimensão ao discurso, explorando visões variadas de raça e preconceito, assim como os efeitos da educação no processo de autoconhecimento étnico-racial do indivíduo e as consequências adversas da falta dela.

Parafraseando Freire (2011), é inerente à educação a consciência dos meios aos quais encontra-se inserido o sujeito e as implicações sobre ele, para assumir-se enquanto ser social e pensante. Dispor de recursos para compreender a função sistêmica atribuída sobre si favorece a leitura do mundo, dito isto é de extrema importância a inclusão do ensino étnico-racial nas escolas, tendo em vista que a sociedade brasileira carrega ainda fortes impactos do período escravocrata em seu coletivo.

O racismo estrutural e o constante apagamento histórico afro-brasileiro são consequência dos mais de 300 anos de escravidão e uma abolição tardia, agregada a atos de encobrimento. Como foi o caso da política negacionista realizada no governo do ministro da Fazenda Rui Barbosa de Oliveira, em 1891, onde ocorreu uma queima aberta de documentos relacionados a escravidão brasileira, presenciada e amparada por inúmeras figuras públicas, ampliando a desinformação e repercussão de discursos caluniosos dos quais alegavam não ter havido escravidão no Brasil, “mas um aceite dos sujeitos escravizados em viverem naquelas condições” (Lima *et al.*, 2023).

Rui Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional: Considerando que a Nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão - a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; Considerando, porém, que dessa nódoa social ainda ficaram vestígios nos arquivos públicos da administração; Considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da Pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; Resolve: 1º Serão requisitados de todas as Tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério



da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta Capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria. 2º Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da Recebedoria desta Capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da Alfândega desta Capital pelo modo que mais convenientes parecer à comissão. Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. Rui Barbosa. (Barbosa, 1986, p. 338-340 *apud* Lima *et al.*, 2023).

A imagem do Brasil formulou-se a partir da tentativa de esconder e minimizar as feridas deixadas pelo subjugo dos povos africanos, exteriorizada na fala acima de Rui Barbosa e prosseguida nos textos de Gilberto Freyre (2019), como “Casa-Grande e Senzala”, de 1933. Nessa obra, o autor romantiza a escravidão, minimizando a opressão e a violência sofridas pelos escravizados, ao apresentar um Brasil supostamente harmônico e livre de preconceito. Tais concepções permanecem presentes também na sociedade contemporânea, por meio da difusão de informações duvidosas e de cunho ideológico.

Serve de exemplo o acontecido com o próprio livro “O Avesso da Pele”, que mesmo após inserido no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 2022, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, sofreu tentativa de repressão e censura dentro do ambiente escolar. Sendo solicitado o recolhimento dos livros ao Ministério da Educação (MEC) pela diretora da Escola Estadual de Ensino Médio Ernesto Alves de Oliveira, em Santa Cruz do Sul (RS). De acordo com ela se trataria de um “vocabulário de baixo nível” e “vulgaridade”, não sendo adequado para se trabalhar com alunos do ensino médio, descontextualizando trechos do livro para afirmar sua tese, alegando que as cenas de sexo deacritas no texto infringiriam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Após o ocorrido, outras escolas também optaram por retirar o livro de circulação.

Em resposta a isso o autor deu a declaração: "As distorções e fake news são estratégias de uma extrema direita que promove a desinformação. O mais curioso é que as palavras de 'baixo calão' e os atos sexuais do livro causam mais incômodo do que o racismo, a violência policial e a morte de pessoas negras" (Camargo, 2024).

Jeferson Tenório é um homem negro, que tratava acima de perspectivas acerca do preconceito racial, explorando em seu manuscrito vivências afro-brasileiras, abordando-as de maneira realista e não romantizada. A história contada em “O Avesso da Pele” é forte, explícita de forma escancarada o peso do racismo estrutural em nossa sociedade, incomodando pelo uso de uma linguagem crua, transparecendo o real e não um ideal utópico.



Descreve a vida cotidiana de um homem, que carrega em seu íntimo a dor de viver em uma sociedade que rejeita sua pele, amontoando obstáculos a serem superados em seu caminhar.

Deixando em aberto a dúvida se realmente foram pelos motivos citados a tentativa de censura, ou se não haveria um recuo proposital, em um esforço de manter a suposta ideia de igualdade social. Podendo ser lida a retirada do livro como uma quebra ao descrito na LDB, a qual determina as diretrizes e bases do ensino a nível nacional, contrariando-a mais especificamente no que diz respeito ao capítulo II, artigo 3º, inciso XII, onde disserta sobre a consideração com a diversidade étnico-racial, ato aqui ausente.

METODOLOGIA

Através de uma pesquisa qualitativa, buscou-se aprofundar as discussões ao redor da diversidade étnico-racial no espaço escolar presentes na LDB, considerando a importância da Lei nº 11.645, que prevê a obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Algo que não esteve presente na vida dos personagens do livro, pois o próprio Henrique, personagem principal, só foi tomar consciência de sua negritude aos 19 anos durante um cursinho gratuito pré-vestibular, em que seu professor, também negro, abordou as origens do racismo, o fardo de ser uma pessoa negra na sociedade brasileira e a atuação dos movimentos antirracista ao longo da história.

Coisa que Martha – mulher negra, ex-esposa de Henrique e mãe de Pedro – não teve, pois para ela o racismo só existia no momento em que era mencionado. Não enxergando a carga depositada por ele em seu dia a dia, assim como o descaso em relação às desigualdades raciais de grande parte dos personagens brancos que aparecem ao longo da trama.

Com isso conseguimos perceber um dos principais motivos que tornam necessária a educação étnico-racial nas escolas, pois por meio dela, os alunos são capazes de aprimorar seu senso crítico e reflexivo, adquirindo noção histórica e social sobre si e o meio ao qual encontram-se inseridos. Agindo como forma de reparar o processo de apagamento histórico ocorrido no Brasil, mantendo viva a identidade do povo. Sendo a educação algo que toma destaque na fala de Pedro ao citar seu pai, este sempre o incentivou e ressaltou sua importância, principalmente para entender-se enquanto pessoa negra e adquirir consciência das implicações que tal sentença acrescenta em seu viver.

Por muito tempo os negros estiveram à parte do sistema de ensino, sofrendo um atraso institucional planejado durante o Brasil Imperial (Barros, 2016), refletido ainda na contemporaneidade. O estímulo de Henrique aos estudos de Pedro não se trata apenas do seu



desenvolvimento individual, mas do apoderamento de um direito anteriormente negado e da tomada de espaço que isso representa.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sobre educação de 2023, a proporção de pessoas pretas e pardas analfabetas é pelo menos o dobro em comparação com pessoas brancas e, entre idosos, é quase o triplo (Durães, 2024). O número de pretos e pardos que conseguem terminar os estudos e ocupar lugares de destaque social é extremamente baixo se comparado com brancos, sobretudo no setor público, onde seguem sendo sub-representados, ocupando a maioria das vagas de nível fundamental e médio, e a minoria em nível superior e de liderança (Fonasefe, 2024).

Por mais que a Constituição Federal, especificamente os artigos 205 e 206, tais quais os artigos 2 e 3 do capítulo II da LDB, tenha como princípio “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, isso não garante que a equiparação das desigualdades sociais realmente esteja acontecendo. Durante o livro é possível ver apenas um professor realmente interessado em despertar e aprimorar o senso crítico dos alunos: o professor Oliveira, responsável por auxiliar Henrique na compreensão de sua negritude, trabalhando em cima de instrumentos educativos que favoreçam a emancipação do indivíduo e o pensamento crítico-social.

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. A nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de apreender a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção (Freire, 2011, pg. 35-36).

Nesse sentido, a atuação do professor Oliveira aproxima-se diretamente da concepção freireana de educação como ato de liberdade, na medida em que rompe com a lógica da memorização mecânica e a mera transmissão de conteúdos. Incentivando o questionamento, diálogo e reconhecimento identitário dos alunos, atribuindo ao processo educativo um caráter crítico e construtivo de conhecimento e consciência social. Salienta-se a função da escola enquanto instituição social, participante da formação dos cidadãos, que deve ser capaz de elucidar as estruturas autoras das desigualdades sociais e intervir nelas, firmando a educação como instrumento de emancipação, não por garantia de acesso, mas por condições reais de transformação.



REFERENCIAL TEÓRICO

Ponderando o que foi dito acima, é importante ter em mente que a educação não é neutra, refletindo diretamente os interesses do Estado, podendo este contribuir para a manutenção das opressões sociais ou atuar como meio de libertação e fomento da consciência crítica. Faz-se importante citar o texto “Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar”, de Libâneo (2016), que discorre a respeito da influência exercida pelos organismos internacionais na educação, organismos como: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Estes investem na padronização da educação bancária, favorecendo dizeres ideológicos que movimentam a economia, seguindo um direcionamento técnico educativo, voltado para o crescimento financeiro em detrimento do desenvolvimento intelectual, chamado de mercantilização da educação. Processo esse que desvaloriza a educação e a distancia de sua função principal, desenvolver intelectual e criticamente os cidadãos.

Conforme aponta Paulo Freire (2011), todo ato educativo está embebido de relações de poder, tratando-se a escola de uma instituição político-social, encarregada de atribuir funções práticas aos objetos por meio do exemplo. Esse processo ocorre de acordo com as concepções do Estado, que legitimam determinados conhecimentos em detrimento de outros, atribuindo-lhes maior ou menor valor no processo de aprendizagem. Nesse sentido, a falta de identidade racial do personagem Henrique, descrita por Tenório, pode ser compreendida como consequência da ausência de uma educação que problematize as relações raciais e reconheça a história e a cultura afro-brasileira como saberes legítimos.

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (Munanga, 2004).

O racismo no Brasil se manifesta de forma velada, impregnado nas estruturas sociais, apoiando-se no “mito do sincretismo cultural”, decorrente da ampla mestiçagem populacional ocorrida desde o período colonial. Utilizando a imagem do mestiço para amparar discursos de democracia racial, trazidos desde “Casa-Grande e Senzala”, em que Gilberto Freyre alega que “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro



modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (Freyre, 2019, p.33). A democracia racial faz da miscigenação um instrumento que perpetua a narrativa do não-racismo, simultaneamente ao branqueamento do corpo espécie da população.

Por mais que haja políticas educacionais voltadas para o apaziguamento das desigualdades raciais, como a Lei nº 11.645/2008 e a Lei nº 9.394/96, que se referem, respectivamente, à obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na escola e à manutenção da aprendizagem prevista na LDB, cujo foco é o desenvolvimento integral do aluno, a cidadania e a qualificação para o trabalho, tais dispositivos legais nem sempre se concretizam de forma efetiva no cotidiano escolar. Conforme aponta Mainardes (2006), ao evidenciar como as políticas públicas são produzidas, interpretadas, reinterpretadas e implementadas de maneira distinta, variando conforme o contexto em que são aplicadas.

Há, assim, um abismo entre a delegação legal e sua aplicação no ambiente escolar, que muitas vezes ocorre de forma fragmentada, superficial ou subordinada ao viés moral daqueles que a executam. Pode-se retomar, dentro desse contexto, a tentativa de censura ao livro “O Averso da Pele”, a qual evidencia que a existência da legislação, por si só, não garante a transformação das práticas pedagógicas nem o enfrentamento do racismo estrutural no espaço educacional. Torna-se, portanto, necessária a constante averiguação das formas de aplicação dessas políticas e dos resultados obtidos, a fim de assegurar maior rigor qualitativo e efetividade no combate às desigualdades raciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro “O Averso da Pele”, de Jeferson Tenório, fornece um forte aparato discursivo para se trabalhar as desigualdades raciais na sociedade brasileira. Por meio dele, é possível abordar uma gama de assuntos, como: a falta de identidade racial dos cidadãos negros e pardos no país, decorrente do forte apagamento cultural realizado ao longo de centenas de anos e ainda persistente; a importância do ensino étnico-racial nas escolas, atuando na reparação do apagamento histórico; a eficácia ou ineficácia das políticas afirmativas de democratização do ensino; o peso exercido pelo racismo estrutural no cotidiano e sua impregnação nas estruturas sociais; a inviabilização da luta antirracista pela suposição da democracia racial, entre outros.

Acima, cito apenas os usos da obra no respectivo artigo, com a intenção de evidenciar as questões que a atravessam e sua densidade literária. Embora se trate de uma obra ficcional,



ela apresenta em seu interior aspectos autobiográficos, uma vez que o autor se baseia em suas próprias experiências para construir o personagem Henrique. Ao abordar, em seu desfecho, a morte do personagem como consequência do racismo, agrega à narrativa valor simbólico, ao deixar evidente que, apesar dos avanços legais conquistados, a sociedade ainda reproduz comportamentos herdados de um Brasil escravocrata.

Servindo a educação como meio de transformação coletiva, capaz de conscientizar criticamente, propiciando noção histórica e social sobre si e o meio ao qual se encontra inserido. Fazendo-se da prática educativa uma das mais importantes tarefas, pois por meio de uma educação respeitosa e coerente, que compreenda o aluno como ser pensante e significativo capaz de intervir socialmente, é possível corrigir sequelas deixadas por um passado de subordinação e violência.

Fazendo-se necessária a regulamentação de políticas públicas que garantam a viabilização dessa educação, como é o caso da Lei nº 11.645, que prevê o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica; dos artigos 205 e 206 da Constituição Federal, que visam garantir a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; e da LDB, Capítulo II, artigo 3º, inciso XII, que disserta sobre a consideração com a diversidade étnico-racial. Retoma-se, nesse sentido, a fala mundialmente conhecida de Edmund Burke: “Um povo que não conhece sua história está fadado a repeti-la”, sendo mais benéfico conscientizar sobre os efeitos do que remediar as causas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se haver transformações reais na sociedade brasileira em relação aos preconceitos raciais, é preciso antes analisar a trajetória histórica da qual decorrem, levando em consideração os erros cometidos no passado a fim de não repeti-los. Tornando-se a educação o principal armamento nessa luta, conforme expressa Freire:

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico (Freire, 2011, pg. 19).

A renovação dos meios educativos torna-se imprescindível para a disposição de uma sociedade equiparada, negando dentro do contexto racial o velho enquanto instrumento retrógrado, pertencente a um lugar de violências, e afirmando o novo enquanto prática



coletiva de desenvolvimento e valorização sociocultural. Diante disso, torna-se essencial atestar a eficiência prática das políticas de reparação racial, uma vez que sua concretização não depende unicamente da delegação legal, mas de todo um ciclo educacional, que envolve desde a instituição de ensino até os profissionais docentes, a fim de firmar uma educação justa e potente, que valorize e respeite a diversidade étnico-racial.

Desta forma, o livro “O Averso da Pele” desempenha o papel de instrumento pedagógico e político, contribuindo para a elucidação das problemáticas em torno do racismo estrutural. Servindo de relevante aparato reflexivo, apoiado em práticas educativas e análises históricas, reconhecendo o aluno como ser histórico e social formador, reafirmando a educação como espaço de resistência, transformação e sobretudo, emancipação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, p. 591-605, 2016.

BRASIL.[Constituição (1988)].

CNN BRASIL. Diretora critica livro "O Averso da Pele" e alega "vocabulários de tão baixo nível". **Bianca Camargo, da CNN, São Paulo**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/diretora-critica-livro-o-avesso-da-pele-e-alega-vocabularios-de-tao-baixo-nivel/>>. Acesso em: 14 de jan. 2026.

FONASAFE. **Servidoras negras recebem 33% a menos que servidores brancos e ocupam apenas 1% dos altos cargos do funcionalismo federal**. Disponível em: <<https://fonasefe.org/servidoras-negras-recebem-33-a-menos-que-servidores-brancos-e-ocupam-1-dos-altos-cargos-do-funcionalismo-federal-2/>>. Acesso em: 14 de jan. 2026.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Edição 43ª. Editora Paz e terra, 2011.

FREYRE, GILBERTO. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

Lei nº 11.645/2008.

Lei nº 9.394/96.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de pesquisa**, v. 46, p. 38-62, 2016.

LIMA, RICARDO SILVA P. *et al.* Entre o apagamento da memória e a reescrita da história: a desinformação acerca da escravidão no Brasil. **Revista Conhecimento em**



Ação, p. 153–170, 2023.

MAINARDES, JEFFERSON. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & sociedade**, v. 27, p. 47-69, 2006.

MUNANGA, KABENGELE. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**, 2004.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele–Vencedor Jabuti 2021**. Companhia das letras, 2020.

UOL. Analfabetismo entre negros é o dobro de brancos; Nordeste tem maior taxa. **Uesley Durães**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/03/22/taxa-de-analfabetismo-pnad-2023.htm>>. Acesso em: 14 de jan. 2026.

